



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Luiza Souza Conte Pereira

Interseccionalidades e Colonialidade nas Migrações Contemporâneas: o caso das mulheres
brasileiras em Portugal nos anos 2000

São Paulo

2025

ANA LUIZA SOUZA CONTE PEREIRA

Interseccionalidades e Colonialidade nas Migrações Contemporâneas: o caso das mulheres
brasileiras em Portugal nos anos 2000

Trabalho de Conclusão de Curso pela
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (PUC-SP)

Orientador: Natália Maria Félix de
Souza

São Paulo

2025

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, desde o apoio na escolha do curso até ao longo de todos os anos na universidade, que sempre me auxiliou em momentos de dificuldade e celebrações. Agradeço também às minhas amigas, que sempre me apoiaram e me incentivaram a ser a melhor versão de mim e me fizeram sorrir diariamente, seja em momentos bons ou difíceis; estarão pra sempre no meu coração. Também a Gabriel, que teve que ouvir minhas reclamações, dúvidas e felicidades ao longo de todo o processo, e que sempre permaneceu ao meu lado me incentivando, mesmo de longe.

Ainda, agradeço a todos os professores ao longo da graduação, que me desafiaram e me ajudaram a me tornar o eu de hoje, com visão crítica e mais aprofundada do mundo e suas relações; e àqueles que discretamente cuidaram da PUC-SP e permitiram que eu sempre tivesse uma faculdade arrumada, respeitosa e aberta para todos.

Resumo

A motivação para a escolha do tema vem de um interesse pessoal em estudar a interseccionalidade entre migrações, questões e direitos das mulheres e de uma visão e percepções estereotipadas que, muitas vezes, decorrem do machismo e do colonialismo histórico. Ao longo da história, mulheres sempre tiveram dificuldades e desafios de serem vistas como cidadãs e membros iguais da sociedade, sendo imposta uma visão minimizada à sua característica reprodutiva, fragilidade e sensibilidade, na qual seu consequente apagamento tem se dado de maneira sistemática. Experiências pessoais de escuta de relatos de mulheres brasileiras que migraram para Portugal em busca de melhores condições de vida e perceberam-se em situações de vulnerabilidade social, foi a principal motivação do presente estudo. Assim, ao realizar uma análise mais aprofundada, percebeu-se que a migração feminina brasileira em Portugal, foco de atenção deste estudo, é algo que tem ocorrido há anos, e que a consequente hipersexualização da mulher e sua conexão à rede transnacional de cuidado tem levado a equívocos, relacionando-as a estereótipos da prostituição, que acabam afetando diretamente sua imagem e trabalho no país. Por conseguinte, os objetivos do presente estudo foram identificar, na produção bibliográfica científica, a vulnerabilidade e os estereótipos sofridos pelas imigrantes brasileiras. Para isso, realizou-se, então, uma pesquisa de revisão bibliográfica sistemática, através de análises qualitativas, da produção científica do termo em questão. Foram considerados artigos no período do ápice da imigração feminina global (2000 a 2018), selecionados por meio de descritores como Migração, Feminização da Migração, Brasileiras e Redes de Conforto. Os artigos deram indícios da urgência de ressaltar a presença feminina nas migrações internacionais e buscar políticas migratórias que considerem especificidades de mulheres migrantes, do que relatam em suas histórias e também o que silenciam. Considerar o próprio protagonismo das mulheres migrantes, sua subjetividade e seus direitos como cidadãs emerge como elemento essencial. E para as imigrantes brasileiras em Portugal, destacar as suas vulnerabilidades nas vivências enfrentadas na sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa, causadas por questões machistas e coloniais que continuam afetando seu cotidiano e imagem.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Migração. Feminização.

Abstract

The motivation for choosing this topic stems from a personal interest in studying the intersectionality between migration, women's issues and rights, and the stereotypical views and perceptions that often stem from sexism and historical colonialism. Throughout history, women have always faced difficulties and challenges in being seen as citizens and equal members of society, with a minimized view of their reproductive characteristics, fragility, and sensitivity being imposed, resulting in their systematic erasure. Personal experiences of listening to the stories of Brazilian women who immigrated to Portugal in search of better living conditions and found themselves in situations of social vulnerability were the main motivation for this study. Thus, upon conducting a more in-depth analysis, it was found that Brazilian female migration to Portugal, the focus of this study, has been ongoing for years, and that the resulting hypersexualization of women and their connection to the transnational care network has led to misconceptions, associating them with stereotypes of prostitution, which directly affect their image and work-life in the country. Therefore, the objectives of this study were to identify, in the scientific literature, the vulnerability and stereotypes faced by Brazilian immigrant women. To this end, a systematic literature review was conducted, using qualitative analysis, of the scientific literature on the term in question. Articles from the period of peak global female immigration (2000 to 2018) were selected using descriptors such as Migration, Feminization of Migration, Brazilian Women, and Comfort Networks. The articles highlighted the urgent need to develop migration policies that consider the specificities of migrant women, what they report in their stories, and also what they remain silent about. Considering the protagonism of migrant women, their subjectivity, and their rights as citizens emerge as essential elements. And for Brazilian immigrant women in Portugal, highlighting their vulnerabilities in the experiences they face when entering the job market and Portuguese society, caused by sexist and colonial issues that continue to affect their daily lives and image.

Key-words: International Relations. Migration. Feminization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CAPÍTULO 1-Migrações Modernas e sua relevância global.....	11
3. CAPÍTULO 2- Migrações de gênero e a feminização das migrações.....	16
2.1- Migração, gênero e a feminização da migração.....	16
2.2- Mulheres migrantes e o trabalho reprodutivo global.....	18
4. CAPÍTULO 3- Mulheres brasileiras em Portugal: migração, trabalho e colonialidade de gênero.....	23
3.1- A migração brasileira para Portugal: contexto histórico e político... 	23
3.2- Inserção laboral e condições de trabalho das mulheres brasileiras... 	24
3.3- Estereótipos, colonialidade e hipersexualização da mulher brasileira.....	26
3.4- Vozes e experiências das mulheres brasileiras: pesquisa de opinião... 	27
5. CONCLUSÃO.....	30
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

Introdução:

O mundo moderno tem se caracterizado por uma crescente interdependência entre indivíduos, organizações e Estados, fator que se tornou essencial para o crescimento de movimentos migratórios, sejam eles regionais ou internacionais. Esse processo está intrinsecamente ligado à globalização, o qual, desde seu surgimento no século XIX, apresentou três principais ondas com novas dimensões após o fim da Guerra Fria (Czaika; De Haas, 2014). A terceira onda da globalização, iniciada nos anos 1990, marcou uma maior interconexão global constante que se deu naquele momento, com setores comunicativos, econômicos, políticos e sociais como um todo, destacados pelo surgimento da internet, e impulsionando transformações aprofundadas e tornando a mobilidade humana um elemento central das relações internacionais (Czaika; De Haas, 2014).

Nesse contexto, Czaika e De Haas (2014) apontam como a crescente conexão econômica, social e cultural expressa pela globalização contribuiu para o aumento da migração em escala global, com origens e destinos cada vez mais diversos. Por outro lado, mudanças políticas e ideológicas têm culminado em padrões de migração cada vez mais complexos e ativos, nos quais fatores como desigualdade internacional, demanda por mão de obra em países do Norte global e escassez de trabalho no Sul global contribuíram para a formação desse cenário (Czaika; De Haas, 2014). Portanto, a migração não surge apenas como uma consequência da globalização, mas também como um de seus principais motores (Czaika; De Haas, 2014).

Economicamente falando, a globalização proporciona maiores trocas comerciais locais e internacionais, e uma maior necessidade de setores trabalhistas, tanto de setores específicos como abertura de empregos que nativos não buscam com tanta frequência, especialmente trabalhos braçais e informais, como garçons, pedreiros e babás (Čiarnienė; Kumpikaitė-Valiūnienė, 2013). Em consequência, migrantes veem isso como uma oportunidade que possa contribuir com sua melhora de vida, assim deslocando-se e participandoativamente da economia e cultura local, em escala cada vez maior e diversificada (Čiarnienė; Kumpikaitė-Valiūnienė, 2013).

A ideia central é que a crescente interconexão social, econômica e cultural, personificada pelo conceito de "globalização", facilitou a migração em números cada vez maiores entre uma gama cada vez mais diversificada e geograficamente distante de países de destino e de origem. Outros fatores que parecem explicar o aumento da migração são as crescentes desigualdades internacionais e internas, a demanda persistente por mão de obra migrante qualificada e não qualificada nos mercados de trabalho segmentados das sociedades ricas, e a falta de oportunidades, o crescimento populacional, a opressão e os conflitos violentos nos países em desenvolvimento (Czaika; De Haas, 2014, p. 285, tradução nossa).

Assim, as mudanças trazidas pela globalização no contexto de crescimento da diversificação de setores econômicos e políticos têm contribuído para que movimentos migratórios se tornem cada vez mais recorrentes, sendo, portanto, uma característica estabelecida da vida social e econômica contemporânea (Piper, 2013).

Contudo, a globalização também se insere em um contexto histórico de dominação e hierarquização. Aníbal Quijano (2005) afirma que o processo moderno da globalização representa um novo padrão de poder mundial que se iniciou com a constituição do continente americano e do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico. Para isso, um dos eixos fundamentais desse padrão de poder seria a classificação social da população por meio de uma ideia de raça e de uma situação natural de inferioridade/superioridade, algo construído para justificar e padronizar a dominação colonial, e que ainda orienta relações sociais e econômicas globais (Quijano, 2005).

Em contrapartida, o autor aponta que no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho foram articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado mundial, incluindo a escravidão (Quijano, 2005). Já a Europa, em sua condição central no capitalismo, tinha controle tanto do mercado mundial como da imposição social, colonial e moral sobre todas as regiões e pessoas do globo, impondo-lhes uma re-identificação histórica, e incorporando-as ao “sistema mundo” que se formava baseado em seu padrão de poder específico (Quijano, 2005). A incorporação dessas variadas vivências e histórias a um único mundo dominado pelo continente europeu traduziu-se em uma nova configuração social, cultural, intelectual e trabalhista (Quijano, 2005). Dessa maneira, essa colonialidade moderna de controle de trabalho, determinantes sociais e poder determinou, também, a distribuição geográfica das formas do capitalismo global que, portanto, determinaram a geografia social, a delimitação e controle de raça, gênero e classe no mundo (Quijano, 2005).

Assim, a colonialidade do poder, ao articular raça, classe e gênero como eixos de dominação, moldou não apenas as relações de produção, mas a própria produção do conhecimento e as formas de subjetividade (Quijano, 2005). Essa herança colonial, embora reorganizada, continua controlando a divisão internacional de trabalho e definindo quem migra, em quais condições e com quais possibilidades de integração (Quijano, 2005).

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era

necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2005, p.118).

Neste contexto, as migrações contemporâneas são compreendidas não apenas como fenômenos econômicos, mas também como expressões de desigualdades históricas, estruturadas a partir de sistemas baseados em gênero, raça e classe. As mulheres migrantes, em particular, têm ocupado papel crescente e, ao mesmo tempo, vulnerável nesse cenário. A chamada feminização das migrações (Piper, 2013) revela tanto o aumento da presença feminina nos fluxos migratórios quanto a necessidade de reconhecer as especificidades e vulnerabilidades associadas à experiência de ser mulher e migrante — especialmente diante de políticas migratórias e trabalhistas que ainda reproduzem desigualdades estruturais.

Para compreender a conexão entre esses fenômenos, é preciso entender também o processo chamado interseccionalidade. Esse termo aponta que, em determinada sociedade e período, relações de poder envolvem raça, gênero e classe, por exemplo, como fundamentalmente conectadas e dependentes entre si, sobrepondo-se e funcionando de maneira unificada e geralmente invisível, afetando todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2021). E, no presente trabalho, será utilizado como ferramenta analítica para compreender as conexões entre migração, gênero, classe e como o poder colonial e o machismo afetam mulheres imigrantes.

Ainda, buscando obter uma melhor compreensão e aprofundamento do tema, foi realizada uma breve pesquisa de opinião direcionada a mulheres brasileiras imigrantes e suas vivências no exterior. A pesquisa foi realizada anonimamente, com perguntas de opinião focadas em divergências de tratamento por serem imigrantes, mulheres e brasileiras, obtendo 70 respostas. Desses, 56 (80%) afirmam passar por certas dificuldades e preconceitos devido a sua origem, além de, ao tentarem se inserir no mercado de trabalho, 33 apresentaram maior dificuldade ao tentar inserir-se em sua área de atuação, especialmente por serem estrangeiras. Além disso, muitas afirmam que conseguiram inserir-se mais facilmente em trabalhos relacionados à área de cuidados em geral e que, em sua maioria, também são mulheres atuando.

Com essa breve pesquisa de opinião e uma busca bibliográfica, percebi a necessidade de destacar como ocorre esse processo a partir de uma visão colonial e hipersexualizada dessas mulheres e como isso tem impactado a vida social e trabalhista como imigrantes em um país que foi colonizador de sua região de origem. Assim, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base em uma revisão sistemática de literatura sobre migração internacional, feminização das migrações e colonialidade de gênero. Foram selecionados

obras e artigos publicados entre 2000 e 2018 — período de intensificação dos fluxos migratórios brasileiros para Portugal — a partir de descriptores como *Migração, Feminização da Migração, Mulheres Brasileiras e Redes de Cuidado*. O trabalho também mobiliza autores fundamentais da teoria decolonial e dos estudos de gênero, como Quijano (2005) e Lugones (2008), para articular uma leitura interseccional e crítica do fenômeno, além de buscar responder à seguinte pergunta: Como os estereótipos de gênero e a colonialidade influenciam a inserção sociolaboral de mulheres brasileiras em Portugal nos anos 2000?

O texto apresenta-se dividido em 3 partes fundamentais, além da introdução e conclusão, sendo elas: as diversas relevâncias trazidas junto à migração global, como econômicas e/ou sociais; migrações de gênero e a chamada feminização das migrações; e o estudo de caso das brasileiras em Portugal nos anos 2000. Assim, esta pesquisa busca compreender como os estereótipos de gênero e a colonialidade influenciam a inserção sociolaboral de mulheres brasileiras em Portugal, analisando suas trajetórias à luz de perspectivas interseccionais e decoloniais.

Capítulo 1-Migrações Modernas e sua relevância global

As migrações internacionais configuram-se hoje como um dos fenômenos mais expressivos das relações internacionais contemporâneas, contribuindo de maneiras diversas em países de origem quanto a destinatários. A globalização — marcada pela intensificação dos fluxos de capital, informação e pessoas — transformou as migrações em parte estrutural do sistema econômico mundial (Castles, 2010). Segundo Czaika e De Haas (2014), a crescente interconectividade global tem facilitado o deslocamento de indivíduos em busca de melhores condições de vida, ampliando a diversidade geográfica e social dos fluxos migratórios.

Segundo a Organização Internacional para Migração das Nações Unidas (IOM em inglês), há 3 principais benefícios nas imigrações contemporâneas: 1- migração promove crescimento econômico substancial, no qual jovens em idade produtiva trazem conhecimento, habilidade e energia ao mercado de trabalho, especialmente em setores nos quais a mão de obra local é insuficiente ou em declínio; 2-o crescimento de remessas de migrantes ao país de origem tornam-se essenciais para rendas familiares e, em alguns casos, representam uma parcela significativa da renda nacional; e 3- rejuvenescimento demográfico (IOM, [s.d.]).

Do ponto de vista econômico, as migrações contribuem significativamente para o crescimento global. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (IOM, s.d.), migrantes desempenham papel essencial na sustentação demográfica e na dinamização dos mercados de trabalho, especialmente em países do Norte global que enfrentam o envelhecimento populacional.

Na Europa, por exemplo, dos 4,2 milhões de empregos criados entre 2019 e 2023, quase dois terços (2,7 milhões) foram ocupados por imigrantes de fora da União Europeia (Caselli, Dizioli, Toscani; 2024). Por outro lado, essa população migrante não contribui apenas com a economia local, mas também em seus países de origem, muitas vezes sendo o principal provedor da família. Números oficiais apontam para estimativas de \$315 bilhões enviados por migrantes em países desenvolvidos para seus países de origem em 2009, mas o valor real dessas remessas, incluindo os fluxos não registrados através de canais formais e informais, é provavelmente ainda maior (Ratha, Mohapatra, Scheja; 2011). Esse fluxo de capital ultrapassou até mesmo o investimento estrangeiro direto em alguns países, com um fluxo de crescimento de remessas entre 2000 e 2022 em mais de 650% segundo o último Relatório Mundial sobre Migração da OIM (s.d.), ressaltando sua importância para o apoio às economias locais e a redução da pobreza.

Já em países em que a natalidade tem decrescido e uma parte cada vez maior da população está envelhecendo rapidamente, a mão de obra imigrante se apresenta extremamente necessária para a própria sobrevivência econômica do país, especialmente no Norte Global, em que suas economias são fortes e proporcionam um crescimento de interesse pela mão de obra internacional. Segundo o Fundo Monetário Internacional (2020), entre 1950 e 2010, as populações de regiões ricas do Norte global aumentaram através da imigração e, desde 1990, têm sido a principal fonte de crescimento populacional da região. Entre 2000 e 2018, a imigração correspondeu a 80% do crescimento da população europeia (Peri, 2020). Além disso, essa população migrante ativa também se torna responsável por garantir renda e impostos governamentais, como apontado previamente, e permitir que o governo consiga arcar com os direitos dos cidadãos e, principalmente no futuro, aposentadorias (Peri, 2020).

Entretanto, há também certas dificuldades que são enfrentadas por populações trabalhadoras migrantes. Casos de xenofobia, racismo, criminalização, hipersexualização, perseguição, discriminação e assédio físico e verbal acabam se tornando mais recorrentes nessa população (Garcia Quijano, 2020). Funcionários estrangeiros, muitas vezes, trabalham arduamente sem os direitos básicos de pausas, alimentação e água, além de ganharem salários abaixo do padrão (37% recebem menos do que o salário mínimo) e sofrerem roubo de salários (76%) por parte de seus empregadores, sem possibilidade de questionamento devido à sua situação social (Garcia Quijano, 2020).

Diante disso, Marinucci (2017) aponta que “O trabalho, em muitos casos, deixou de ser um valioso instrumento de incorporação nas sociedades de chegada para se tornar um vetor de discriminação e exclusão social. Um verdadeiro muro para além dos muros das fronteiras.” (Marinucci, 2017, p. 7). Ainda, a exploração de trabalhadores migrantes não busca só interesses imediatos, mas também trazem consigo uma intencionalidade de precarização de todos os empregos, no qual migrantes, se tornam os sujeitos teste (Marinucci, 2017). No sentido econômico, o trabalhador ‘perfeito’ é aquele temporário, sem entraves familiares ou sindicais, com menores capacidades reivindicativas e urgência monetária, ou seja, o perfil quase que exato de imigrantes, com destaque para aqueles em situação migratória irregular ou ilegal (Marinucci, 2017).

Portanto, a globalização neoliberal, marcada pela flexibilização das relações trabalhistas e pela precarização de direitos, expôs os migrantes a situações de exploração, discriminação e violência (Marinucci, 2017). O trabalho, que deveria ser instrumento de integração, converteu-se em vetor de exclusão social. Essas dinâmicas evidenciam que as migrações, longe de constituírem um fenômeno neutro, refletem e reproduzem desigualdades

estruturais entre o Norte e o Sul global. Ainda, a vinculação entre políticas migratórias (rígidas) e trabalhistas (flexíveis) acaba encurralando trabalhadores migrantes que, por sua vez, vivenciam diretamente a dificuldade e o drama da precarização do trabalho como risco de deportação (Marinucci, 2017). Portanto, aquilo que deveria ser um meio de subsistência e melhoria de condições socio-trabalhistas torna-se um determinante de ‘deportabilidade’ (Marinucci, 2017). Em adição, são frequentemente obrigados a aceitar empregos subordinados e menos seguros nos quais, frequentemente, não recebem os mesmos benefícios que trabalhadores locais e, em momentos de crise econômica, são os primeiros a serem perseguidos, culpados e usados como ‘bode expiatório’ da população local pela situação econômica e pelo decaimento geral do país (Marinucci, 2017).

Ou seja, o viver entre dois mundos constitui elemento próprio e característico das pessoas em mobilidade, já que só existe imigração para um determinado lugar na medida em que se tenha havido emigração de outro; a presença na sociedade de destino pressupõe a ausência na sociedade de origem (Bertoldo, 2018, p. 317).

Entretanto, migrantes também têm se utilizado de redes étnicas solidificadas em países de destino, semelhanças e recursos culturais, através de nichos trabalhistas delimitados oferecidos, para conseguirem estabelecer-se e garantir trajetórias prósperas para si, seus familiares e a sociedade de destino (Marinucci, 2017). Assim, essa experiência denota as potencialidades e possibilidades de *agency* de migrantes e a demanda por ‘contrarreformas trabalhistas’ que garantam e ampliem direitos laborais de modo a valorizar suas habilidades e competências (Marinucci, 2017).

Por outro lado, a migração em si também pode causar ameaças à saúde tanto de migrantes, visto que certos empregos os expõem a riscos ocupacionais, como de populações locais, através do aumento da mobilidade de pessoas, contribuindo para a rápida disseminação de doenças transmissíveis (Ratha, Mohapatra, Scheja, 2011). Em contrapartida, os autores ainda apontam que a emigração de indivíduos altamente qualificados, ou a chamada “fuga de cérebros”, pode implicar uma perda de recursos públicos investidos na educação, podendo reduzir a capacidade produtiva do país de origem e piorar o ambiente de negócios, especialmente nas pequenas economias (Ratha, Mohapatra, Scheja, 2011).

Contudo, mesmo com os possíveis problemas apresentados, a migração continua sendo um processo extremamente presente na vida contemporânea, e seu crescimento mostra-se cada vez mais constante. Essa diáspora acaba servindo como uma conexão entre comunidades de origem e destino, amplia as oportunidades de acesso a financiamento internacional, facilita o *networking* e acesso a novas informações, incluindo para migrantes

que retornam, podendo aprimorar a tecnologia, gestão e instituições no país de origem (Ratha, Mohapatra, Scheja, 2011).

Portanto, a migração internacional apresenta um elemento estrutural da globalização contemporânea, sendo compreendida não apenas como deslocamentos de pessoas em busca de melhores condições de vida, mas como fundamental nas transformações econômicas, políticas e sociais do mundo (Castles, 2010). O autor ainda aponta que as desigualdades, tanto necessárias para a perpetuação do capitalismo global como geradas por esse sistema, representam relações assimétricas entre Estados e regiões, especialmente o Norte e Sul Global (Castles, 2010).

Segundo Castles (2010), para entender o processo migratório, é também preciso analisar as conexões entre economia global, desigualdade e poder, considerando o papel ativo dos Estados e das políticas migratórias na reprodução dessas hierarquias. A mobilidade humana é moldada por uma combinação de fatores estruturais — como crises econômicas, ambientais e conflitos armados — e por decisões políticas que determinam aqueles que podem circular livremente e aqueles que são restringidos por fronteiras físicas e simbólicas (Castles, 2010). Essa perspectiva, da mesma forma, é essencial para entender a migração como um processo de longo prazo, com raízes nas dinâmicas de desenvolvimento desigual entre Norte e Sul globais (Castles, 2010).

Portanto, trajetórias migratórias contemporâneas são expressões não só de mobilidade individual, mas manifestações de relações históricas de dominação e dependência. Frente a isso, Quijano (2005) propõe compreender a globalização como continuidade da colonialidade do poder, na qual a racialização, a hierarquização de conhecimento e a exploração da força de trabalho são mecanismos centrais de dominação. Como apontado previamente, a colonialidade do poder permeia estruturas de dominação e hierarquização coloniais ainda presentes no sistema mundial moderno, baseadas na classificação social baseada na ideia de raça a qual naturalizou uma superioridade europeia e legitimou a exploração de povos não europeus (Quijano, 2005). Portanto, compreender o mundo contemporâneo exige reconhecer que as desigualdades atuais — inclusive as relacionadas à migração — são manifestações contínuas dessa colonialidade, que define quem tem poder, quem é explorado e quem é considerado humano em plenitude.

Frente a essa discussão, María Lugones (2008) busca apresentar a relação entre a interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade e a utilização sistemática do capitalismo por meio dessas violências para oprimir e controlar mulheres não-brancas, ou seja, mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do

gênero. A autora inicialmente relaciona a colonialidade do poder de Quijano (2005) e conflito entre atores sociais, os quais disputam o controle dos ‘quatro âmbitos básicos da vida humana’ (sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade), e como esses eixos ordenam a vida de modo que cada área é atravessada pela colonialidade do poder e pela modernidade, incluindo as esferas de sexo, raça e gênero (Lugones, 2008).

A partir disso, Lugones (2008) afirma que categorias como gênero e raça, quando analisadas a partir da interseccionalidade, revelam uma conexão e intersecção inquestionável, visto que a categorização desses assuntos invisibiliza a dominação e vitimização daquelas sob categoria de ‘mulher’ e de raça e etnia como ‘negra’ e ‘latina’, termos raciais impostos pelo Estado racista (Lugones, 2008). Portanto, “A denominação categorial constrói o que nomeia” (Lugones, 2008, p. 81, tradução própria), evidenciando um vazio categórico e ocorrendo a imposição de categorias que buscam invisibilizar mulheres de cor e seus fenômenos sociais através de um processo eurocêntrico binário, dicotômico e hierárquico, o qual ela nomeia como ‘Colonialidade de Gênero’, no qual “A lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder.” (Lugones, 2008, p. 82, tradução própria).

Somente ao perceber gênero e raça como entrelaçados ou indissoluvelmente fundidos, podemos realmente enxergar mulheres de cor. Isso implica que o próprio termo "mulher", sem especificar essa fusão, é sem sentido ou possui uma conotação racista, uma vez que a lógica categórica historicamente selecionou apenas o grupo dominante, mulheres brancas, heterossexuais e burguesas, obscurecendo, portanto, a brutalização, o abuso e a desumanização que a colonialidade de gênero acarreta (Lugones, 2008, p. 82, tradução nossa).

Assim, ao reconhecer que a mobilidade humana está intrinsecamente ligada às desigualdades históricas e relações de poder, torna-se fundamental analisar como esses eixos estruturam a experiência migratória. É nesse ponto que emerge a necessidade de incorporar a dimensão de gênero na análise das migrações internacionais, a feminização das migrações, considerando como as mulheres vivenciam, de modo particular, os impactos da globalização, da precarização e da colonialidade.

2- Migrações de Gênero e a Feminização das Migrações

2.1. Migração, gênero e a feminização da migração

A partir disso, movimentos migratórios internacionais passaram a integrar também uma questão de gênero, especialmente em relação às mulheres, a qual começou a ganhar certo destaque a partir dos anos 1990-2000. É importante apontar que esse processo ocorre porque, da mesma maneira que houve o crescimento da participação feminina no mercado econômico trabalhista e estudantil, o mesmo ocorreu em fluxos migratórios internacionais.

Segundo o World Migration Report 2024 da Organização Internacional de Migração da Organização das Nações Unidas (OIM-ONU), de 2000 a 2015, mulheres representaram aproximadamente 50% do total de migrantes, com certo crescimento nesse intervalo. Nos anos 2000, migrantes mulheres constituíam quase 51% de todos os migrantes no mundo desenvolvido e cerca de 46% em países em desenvolvimento, com destaque para fluxos da América Central e do Sul para o sul europeu (Piper, 2013). Já no quesito migrações intra-regionais, especialmente no continente africano e na América Latina, mulheres mostram-se dominantes em fluxos crescentes que envolvem travessias imediatas de fronteira para empregos relacionados ao comércio e ao setor de serviços (OIM-ONU, 2024).

Há, neste contexto, sido reconhecida e destacada uma gama de questões relacionadas a uma das principais características dos fluxos migratórios contemporâneos: sua feminização. Esse termo passa a referir-se ao crescimento da migração feminina independente, especialmente de trabalhadoras, visto que, previamente, mulheres eram consideradas essencialmente ligadas a uma migração masculina e familiar (OIM-ONU, 2024).

Por outro lado, alguns autores apontam que o termo e a perspectiva de feminização das migrações, como defende Marlou Shrover (2013), contribuem com uma possível dissimulação dos fatos e podem se apresentar como um termo enganoso. A autora aponta que o crescimento de mulheres no processo de migração se dá porque o processo migratório em si tem aumentado e que, consequentemente, os números das mulheres migrantes também cresceram (Shrover, 2013) Ainda, Shrover (2013) aponta que a feminização da migração ocorre sem o uso de dados apropriados ou enviesados, ou casos específicos, como das Filipinas, no qual o governo encoraja a migração feminina e que, portanto, uma chamada ‘feminização’ das migrações, no sentido de haver mais mulheres que homens.

Porém, a feminização da migração não representa apenas o reconhecimento dessa crescente onda migratória feminina, mas também da importância das dimensões de gênero na

migração internacional, como as particularidades e riscos que esse grupo passa durante o processo migratório, sua visibilidade social e econômica marcadas por novas formas de inserção laboral — especialmente nos setores historicamente femininizados de cuidado, serviços e trabalho doméstico — além da discriminação de gênero nos mercados de trabalho como um todo, a formação de famílias transnacionais e diferenças entre o comportamento de remessas de homens e mulheres (Benería; Diana Deere; Kabeer, 2012). Portanto, o fenômeno expressa tanto o protagonismo feminino nas migrações contemporâneas quanto suas vulnerabilidades específicas impostas pela divisão sexual e colonial do trabalho (Piper, 2013).

Ainda, a feminização da migração está ligada a outros 4 fenômenos principais: (1) a melhoria da visibilidade estatística, em parte relacionada com uma mudança na percepção da migração dominada pelas mulheres como migração laboral por direito próprio; (2) a crescente participação feminina na maioria, senão em todos, os fluxos migratórios; (3) a crescente incapacidade de homens de encontrar emprego em seus países de origem; e (4) a crescente procura de empregos feminizados nos países de destino (Piper, 2013).

Deste modo, mulheres também apresentam-se nesses constantes fluxos migratórios e, entretanto, estão mais propensas a passarem por situações de vulnerabilidades específicas a seu gênero, como tráfico humano e sexual, violência de gênero, exploração laborial e dificuldade de acesso a direitos básicos, (Piper, 2013). Ao mesmo tempo, é importante apontar que essas mulheres não são vítimas do processo migratório em si, mas acabam passando por maiores empecilhos pela falta de recursos legislativos que apoiem, protejam e lhes garantam seus direitos básicos (Piper, 2013), questões que têm sido historicamente reproduzidas pela colonialidade de gênero (Lugones, 2008).

Além disso, Piper (2013) ainda aponta que mudanças políticas podem afetar homens e mulheres de maneira distinta, resultando em padrões políticos e leis migratórias com base em gênero. Esse processo pode levar a implicações em relação aos meios de sobrevivência, direitos e prerrogativas de migrantes, de diferentes gêneros, distintamente (Piper, 2013). Ainda, a interseccionalidade de gênero em conjunto de questões de raça, classe, status migratório, etnia e religião, criam um complexo nas relações de exclusão/inclusão, expectativas e oportunidades de atuação de gênero, tanto em países de destino como de origem (Piper, 2013). Como resultado, elas correm maior risco de abuso e exploração, além de, em geral, lutarem em muitos países para que suas credenciais sejam reconhecidas, o que leva à "desqualificação" em decorrência do subemprego (ONU-CDH, 2019).

Ademais, há um esforço em conciliar o combate a estereótipos de gênero com a atenção especial à vulnerabilidade e necessidades das mulheres migrantes, ao mesmo tempo

que retira uma ideia de vítimas da migração, utilizando a adoção de uma perspectiva de gênero na análise e gestão das migrações internacionais, com políticas migratórias sensíveis às necessidades das mulheres migrantes (Jerônimo, 2019).

A análise de gênero, no entanto, não deve se limitar apenas a estatísticas desagregadas por sexo. Pelo contrário, deve conscientizar sobre fatores sociais mais amplos que influenciam os papéis de mulheres e homens, bem como seu acesso a recursos, instalações e serviços. A análise do papel do gênero na migração deve, portanto, ser integrada às agendas de políticas sociais dos governos, tanto nos países de destino quanto nos de origem (Piper, 2013, p. 04, tradução nossa).

Portanto, a feminização das migrações, ainda que possuindo uma interseccionalidade com a colonialidade do poder e representando certos fatores limitantes, também vem representando um certo avanço dos direitos das mulheres, especialmente seu direito de ir e vir e da liberdade econômico-social independente de um crescente número de mulheres no mundo todo, ainda que suas especificidades careçam de políticas públicas internacionais mais adequadas (Jerônimo, 2019).

2.2. Mulheres migrantes e o trabalho reprodutivo global

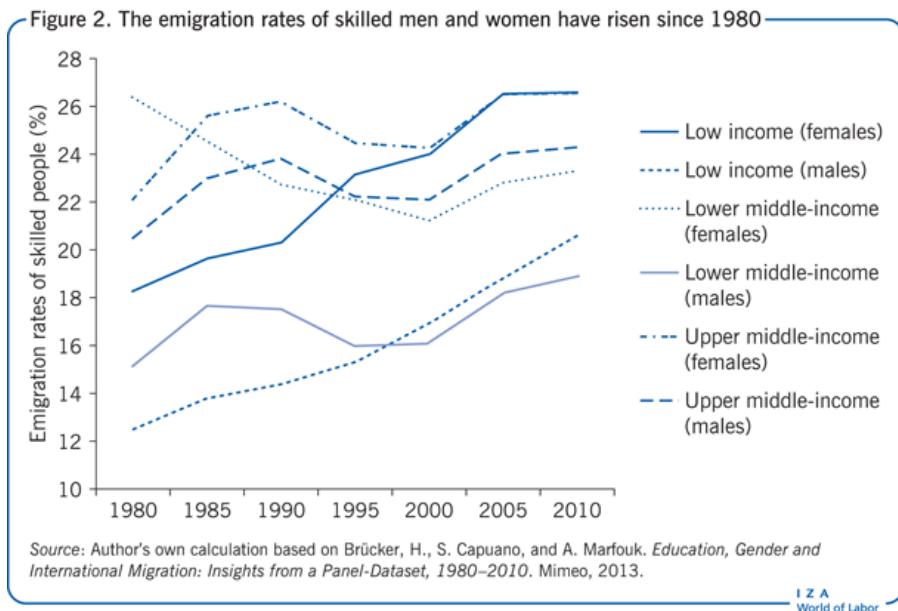
Contudo, mesmo com certa independência econômica e social das mulheres apresentadas anteriormente, por outro lado, criam-se rotas migratórias fortemente feminizadas, especialmente aquelas ligadas à ‘rede transnacional de conforto’, a qual inclui trabalho doméstico, prestação de cuidados (tanto de crianças como de idosos), área estética (como manicures e cabeleireras), e o mercado do sexo, com um crescimento significativo de necessidade de mão de obra em falta na Europa, levando Estados a facilitarem a admissão de mulheres imigrantes (Assis, 2017). A demanda de certos setores feminizados tornou-se tão proeminente que há casos de homens migrantes tentando adentrar esses fluxos feminizados devido a canais legais e à amplitude de destinos ‘oferecidos’ (Assis, 2017). Políticas de cotas migratórias, inclusive, são orientadas à oferta de vistos para áreas de mercado carentes de mão de obra que acabam enfatizando clivagens de gênero, etnia e raça (Marinucci, 2017).

Também, é relevante apontar que as implicações dos papéis e dinâmicas de gênero são mais abrangentes, indo além dos números, compreensões binárias de gênero e qualquer forma específica de migração (Piper, 2013). Migrantes entram e saem de mercados de trabalho já segregados por gênero nos países de origem e destino, algo que está relacionado à normas sociais de gênero refletidas, entre outros, no acesso à educação em seu país de origem e no acesso diferenciado à formação profissional no destino, o qual resulta na acumulação de capital humano de gênero (Piper, 2013).

Da mesma forma, devido a ideais patriarcais e machistas de que figuras femininas devem ser as principais cuidadoras da família, cada vez mais mulheres tendem a ser migrantes econômicas autônomas que sustentam financeiramente familiares que permaneceram em seus países de origem (Piper, 2013). Em nível global, as mulheres migrantes enviam aproximadamente a mesma quantidade de remessas que os homens migrantes, embora pesquisas sugiram que as mulheres tendem a enviar uma proporção maior de sua renda, sendo que geralmente ganham menos do que os homens (OIM, 2010). Ademais, elas normalmente enviam dinheiro com maior regularidade e por períodos mais longos que tendem a gastar mais com taxas de transferência (OIM, 2010). Ou seja, ao serem submetidas a trabalhos informais, ganharem menos e enviarem dinheiro com maior recorrência, mulheres migrantes acabam tornando-se mais economicamente instáveis nos países de destino, perpetuando um ciclo de precarização, como aponta a Organização Internacional da Migração (2010). Além disso, na maioria dos casos, é mais comum que homens planejem retornar ao seu país de origem porque, para eles, a migração significa uma perda de estatuto e privilégios, enquanto as mulheres podem equiparar a migração a uma maior liberdade pessoal (OIM, 2010).

Ainda, a autora Maelan Le Goff (2016) aponta que em casos de migração internacional, houve um crescimento significativo de mulheres com origem em países em desenvolvimento com destino, especialmente, ao continente europeu, tanto em termos absolutos (72,5 milhões) como em relação a migrantes internacionais (51,9%). Essas mulheres também apresentaram maior qualificação profissional do que homens da mesma origem, esse aumento sendo particularmente pronunciado em países de baixa renda. Segue abaixo uma imagem do gráfico produzido por Le Goff (2016) apontando tais disparidades:

Figura 1: *The immigration rates of skilled men and women have risen since 1980*



Fonte: IZA World of Labor, 2016.

Analizando o gráfico, é perceptível que desde os anos 1980 houve um crescimento significativo em relação à migração de mulheres qualificadas das mais diversas origens econômicas, mas com especial destaque para aquelas de média-alta e baixa renda, atingindo níveis superiores à de homens na mesma situação social e econômica. Não só isso, mas todos os setores de migração feminina são superiores aos masculinos, com uma exceção apenas para homens qualificados com renda média-alta, mas ainda abaixo de suas semelhantes. Ou seja, mulheres migrantes com qualificação profissional apresentam maior crescimento em todas as origens de renda quando comparadas ao setor masculino, demonstrando uma diversificação e qualificação maiores por parte do setor feminino migratório (Le Goff, 2016).

Ainda, evidências apontam que mulheres migrantes representam a maioria e/ou uma parcela crescente de migrantes em certos países em desenvolvimento, ou em alguns corredores específicos, como da América Latina para Portugal, Espanha ou Itália (Le Goff, 2016). Melhorias nos padrões de vida e a crescente participação de mulheres no mercado de trabalho nesses destinos explicam, ademais, a crescente demanda por mulheres migrantes para realizar trabalhos domésticos nesses países (Le Goff, 2016).

Ao mesmo tempo que mais mulheres fazem parte da categoria profissional e qualificada de migrantes, como apontado previamente, muitas vezes estão inseridas em setores feminizados e historicamente demarcados, como na saúde, educação e cuidado (OIM, 2010). Esses corredores de migração laboral constituem o principal motor da disparidade global de gênero e das grandes variações de padrões de migração entre regiões do mundo; no caso feminino, há um destaque de destino para América do Norte, Leste asiático e regiões do

norte, sul e oeste europeu, todos com foco em serviços, sejam eles desde atendimento em lojas e restaurantes, a babás e cuidadoras de idosos (OIM, 2010).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2015), cerca de 11,5 milhões de migrantes são trabalhadores domésticos, aproximadamente 17,2% dos valores globais como um todo (67,1 milhões), dos quais 73,4% (cerca de 8,5 milhões) são mulheres. Ademais, a própria OIT afirma que esses números podem ser subestimados, tendo em vista a dificuldade de coletar dados sobre trabalhadores em situação de informalidade e migrantes indocumentados, que frequentemente não são contados nos levantamentos oficiais (ILO, 2015).

Apesar do crescimento da mão de obra feminina no mercado de trabalho, esse ‘peso numérico’ não contribuiu com a redução da segregação de gênero, ainda persistente em diversas sociedades, especialmente na Europa (Monteiro; Freitas; Daniel, 2018). Além de não haver uma atenção adequada, nem científica nem política, à especificidade e necessidade de melhoria das condições de trabalho de mulheres nesses setores (Monteiro; Freitas; Daniel, 2018). Ainda há o que muitos autores apontam como um ‘teto de vidro’ reforçado por culturas de trabalho e procedimentos informais que dificultam que mulheres acessem níveis mais altos de trabalho e gerenciamento e, consequentemente, salários e benefícios trabalhistas (Fagan; Burchell, 2002). Além disso, mulheres com família normalmente também se tornam responsáveis por garantir o bem-estar de familiares, especialmente crianças e idosos, mesmo quando empregadas em tempo integral, trazendo também o conceito de dupla jornada de trabalho não remunerado, mas socialmente obrigatório (Fagan; Burchell, 2002).

Esse setor se torna especialmente preenchido por mulheres migrantes, visto que múltiplas vulnerabilidades, como maior dificuldade de inserção econômica em outros setores da economia e preconceitos (sejam eles de gênero, étnicos, raça, classe, ou religião) acabam empurrando-nas a esses nichos trabalhistas inferiorizados pela busca de estabilidade financeira e social (Bertoldo, 2018).

Toda essa dinâmica revela a maneira perversa como a mulher tem sido inserida na articulação da economia global, estando intimamente associada aos fenômenos da feminização da pobreza e, por outro lado, a forma utilitária como o mercado se apropria dessa mão de obra. De um lado, agências que lucram bilhões a partir do comércio do trabalho feminino, tanto em redes de prostituição como no tráfico de migrantes para trabalhos ligados ao ambiente doméstico. Por outro, a cara da pobreza mundial é feminina, sendo que os dados da ONU revelaram que 70% dos pobres são mulheres (Bertoldo, 2018, p. 315).

Portanto, mulheres acabam apresentando-se em um cenário não só marcado por diferenças de gênero, tanto em seu país de origem como destino, mas também por questões

raciais, étnicas, de classe e xenofóbicas originárias de mecanismos de poder, e geram uma nova estrutura que busca oprimi-las, dificultar e limitar sua presença e inserção trabalhista-social, as quais contribuem ainda mais com sua vulnerabilização (Bertoldo, 2018). Essas dinâmicas tornam evidente que as desigualdades de gênero e raça continuam a estruturar as experiências migratórias. No caso das mulheres brasileiras em Portugal, essas hierarquias adquirem contornos específicos, marcados por uma herança colonial e pela hipersexualização da mulher latina.

Capítulo 3- Mulheres brasileiras em Portugal: migração, trabalho e colonialidade de gênero

3.1- A migração brasileira para Portugal: contexto histórico e político

A migração brasileira a Portugal esteve presente desde os anos 1980, apresentando crescimento significativo a partir de 1990 e atingindo seu auge nos anos 2000, fenômeno conhecido como a ‘Terceira Onda Migratória brasileira’ (Góis et al., 2009). Esse movimento foi impulsionado por uma combinação de fatores estruturais: crescimento econômico português, a criação de uma melhor imagem a partir da sua admissão à Comunidade Econômica Europeia em 1986 – que posteriormente deu origem à União Europeia –, e às percepções de afinidade cultural e linguística que facilitaram a escolha do país como destino preferencial de muitos brasileiros (Góis et al, 2009).

Por outro lado, Góis (et al, 2009) aponta que o acesso à legalidade mais gradual culminou em aumentos intensos da migração ao país e que, possivelmente, as oportunidades políticas, pressão para saída do Brasil e constrangimentos associados a outros potenciais destinos tenham facilitado tais fluxos, contrariando o que se esperava frente à crise econômica da época e ao mercado de trabalho menos expansivo.

Paralelamente no Brasil, o crescimento do desemprego, a informalização do trabalho, a violência e os altos níveis de desigualdade social reforçaram o desejo de mobilidade internacional (Pinho, 2012). Em 2002, o desemprego atingia 12,3% da população brasileira, enquanto Portugal registrava 6,4% (Pinho, 2012). A desigualdade de renda também se mostrava acentuada; em 2007, o rendimento dos 10% mais ricos era 39 vezes maior do que o dos 10% mais pobres no Brasil, enquanto em Portugal foi de 14,9 (Pinho, 2012). Ainda, mesmo com um certo crescimento da industrialização e urbanização brasileiras, cresceram também as favelas e acentuou-se a coexistência de grupos com posições sociais extremas, inclusive entre regiões brasileiras que proporcionaram migrações com origens mais específicas, especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Pinho, 2012).

Portanto, esses fatores estruturais contribuíram para uma migração predominantemente motivada pela busca de melhores condições de trabalho e de vida, especialmente daqueles com menor qualificação profissional. Assim, passam a ocupar, em sua maioria, trabalhos informais, serviços domésticos, de construção, comércio e restaurantes,

mostrando um forte componente de irregularidade e uma nova composição social (Pinho, 2012).

Diante disso, ocorreu em julho de 2003 o Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas entre Brasil e Portugal – também conhecido como ‘Acordo Lula’ – o qual previa estreitar os laços entre os países através da mobilidade de seus cidadãos, facilitando a entrada de brasileiros em território luso para fins turísticos, culturais, científicos e de negócios com isenção de vistos por um período de até 90 dias, assim como mecanismos para regularização e legalização de brasileiros que já viviam em Portugal (Ministério Público de Portugal, 2003). Dados apontam que até outubro de 2005, cerca de 14 mil brasileiros foram legalizados no país após a implementação do acordo, com estimados 100 mil brasileiros em situação regular e irregular (Público, 2005). Ademais, destaca-se a nova legislação sobre migração, especialmente a Lei n.º 23/2007 de Portugal, que facilitou a regularização, entrada, permanência e saída de estrangeiros no território nacional (Diário da República, 2007).

Nesse contexto, revela-se que as migrações brasileiras para Portugal não se explicam apenas por fatores econômicos, mas também por processos históricos e simbólicos. A antiga relação colonial e a persistente representação de Portugal como “porta de entrada para a Europa” reforçam uma lógica de dependência cultural e econômica (Góis et al., 2009). Como observam Góis et al. (2009), tais fluxos refletem tanto as oportunidades abertas pela globalização quanto as continuidades de uma relação pós-colonial marcada pela hierarquia entre ex-colônia e ex-metrópole.

Além disso, as redes migratórias transnacionais desempenham papel fundamental nesse processo. Segundo Portes e Rumbaut (2001), essas redes funcionam como formas de ‘capital social migrante’, facilitando o deslocamento por meio de apoio material, emocional e informacional. No caso brasileiro, mulheres recém-chegadas muitas vezes são acolhidas por conterrâneas já inseridas em determinados nichos de trabalho, o que reduz custos e riscos, mas também reforça a segmentação de gênero e classe nos mercados laborais portugueses (Portes; Rumbaut, 2001).

3.2- Inserção laboral e condições de trabalho das mulheres brasileiras

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o número de brasileiros residentes legalmente em Portugal equivalia a 65.969, dos quais 37.198 eram mulheres (53,8% do total). Entretanto, dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) apontam que, em 2008, o total de brasileiros residentes registrados atingiu quase 107

mil pessoas, representando quase um quarto de todos os estrangeiros documentados no país (SEF, 2015). Dados mais recentes indicam que essa tendência não apenas se manteve, como se intensificou. Segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA, 2024), os brasileiros continuam sendo a maior comunidade estrangeira residente em Portugal, totalizando aproximadamente 500 mil pessoas — cerca de 31% do total de imigrantes — das quais 51% são mulheres, maioria total no país desde 2006.

Também, torna-se relevante apontar que, mesmo com uma crescente onda migratória no país e sua importância para a economia local, a população estrangeira ainda enfrenta maiores desafios trabalhistas. Segundo uma pesquisa do Pordata (2023), Portugal é o 4º país com maior precariedade laboral entre os estrangeiros, no qual taxas de desemprego, especialmente de migrantes de fora da União Europeia, era mais do dobro da média nacional (14,3% vs. 6,1%); estrangeiros ganham, em média, €94 mensais a menos do que cidadãos portugueses, e 1 em cada 3 estrangeiros tem um contrato de trabalho temporário, o qual coloca essa população em uma área mais sujeita a irregularidades de direitos trabalhistas (Pordata, 2023).

Além disso, a inserção trabalhista dos imigrantes brasileiros passou por uma série de dificuldades, especialmente devido a estereótipos baseados em um imaginário colonial de superioridade portuguesa e de brasileiros como subalternos e ignorantes. Isso acaba resultando em uma dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e em um desajuste entre o nível de qualificação e inserção laboral (França; Padilha, 2018). Essa estigmatização da comunidade imigrante brasileira em terras lusas, em conjunto com mecanismos de segregação étnico-racial, tem um impacto decisivo no tipo de trabalho a que teriam acesso, com concentração nas zonas onde o mercado de trabalho é mais dinâmico, Lisboa e Porto (França; Padilha; 2018). Assim, homens inseriram-se em postos menos qualificados e com menores níveis de remuneração, como a construção civil, enquanto mulheres concentraram-se em atividades relacionadas a cuidados e limpeza (França; Padilha, 2018).

Estereótipos de gênero e origem acabaram por determinar opções de formação e trabalho das pessoas, tendo ainda uma tendência para que empregadores associem certas profissões e setores e, em consequência, induzam uma preferência pelo sexo considerado mais adequado, sendo socialmente implementados e prolongados (Monteiro; Freitas; Daniel, 2018).

Especificamente no caso das brasileiras, o colonialismo hipersexualizou e racializou essas mulheres como corpos exóticos a serem utilizados em trabalhos braçais, inserindo-as, portanto, na rede transnacional de cuidado (França; Padilha, 2018). Essa rede envolve trabalhos relacionados ao cuidado de outras pessoas, como serviços de limpeza doméstica,

cuidados pessoais (babás e cuidadoras de idosos), e também uma questão de ‘entretenimento e alegria’, especialmente ligado a um imaginário social da mulher brasileira como sensual e vaidosa, que contribui para a promoção de serviços estéticos (manicures, cabeleireiras, depiladoras), e serviços sexuais (França; Padilha; 2018). França e Padilha (2018) destacam que essas mulheres enfrentam uma dupla desvalorização: por serem imigrantes e por estarem associadas a profissões de baixo prestígio social. Além disso, sofrem com a subutilização de suas qualificações profissionais e a desvalorização de diplomas obtidos no Brasil (França; Padilha, 2018).

Uma série de notícias da BBC Brasil, realizada em 2006, apresentou a situação de mulheres brasileiras que trabalham como empregadas domésticas em Portugal. Primeiramente, em entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Domésticas (STAD) apontou que brasileiras que atuavam como empregadas domésticas já eram vítimas de assédio constante no país, com um nível maior até do que o de mulheres de outras nacionalidades, especialmente aquelas em situação de irregularidade migratória (Cavalcanti, 2006).

Ainda, outra notícia semelhante afirma que, apesar dos diversos relatos de maus-tratos e abuso de direitos trabalhistas, a maioria preferiu permanecer no trabalho em nome do salário ‘atraente’ de 500 a 800 euros por mês (equivalente a €752,5 a €1203,99 atualmente), no qual o salário mínimo português era de €374,7 (hoje €870) (Cavalcanti, 2006). Analisando esses valores, percebe-se que o trabalho doméstico à época realmente apresentava maior vantagem econômica quando comparado ao salário mínimo do país (de 33% a 113% a mais) para trabalhos em modelos semelhantes de serviço. Também, uma última notícia aponta que todos esses relatos são, em parte, herança do modelo colonialista escravocrata, no qual sistemas políticos e sociais contavam com uma figura de serviçal e que buscaram trazer imigrantes das colônias a partir dos anos 1970 para preencher esses nichos trabalhistas (Cavalcanti, 2006).

Portanto, esses dados evidenciam um padrão de inserção laboral precária e desigual, no qual o mercado de trabalho português reproduz uma segregação de gênero e nacionalidade, associando determinados ofícios a grupos específicos (Monteiro, Freitas, Daniel, 2018). Ainda, ocorre uma sobreposição de marcadores sociais de exclusão que reforçam essa posição de subordinada e sexualizada, fazendo com que estereótipos culturais e estruturas coloniais se convertam em filtros de acesso ao emprego (Travassos, 2017).

3.3. Estereótipos, colonialidade e hipersexualização da mulher brasileira

A presença feminina brasileira em Portugal está profundamente marcada por heranças coloniais e representações hipersexualizadas. Assis (2017) aponta que algumas características frequentemente associadas às brasileiras — “alegres, sensuais e comunicativas” — alimentam uma imagem preconceituosa que resulta em discriminação e em uma associação indevida à prostituição. Muitos são os casos de tratamento diferenciado, insultos em rodas de conversa e em atendimento ao público, submissão ao subemprego mesmo quando qualificada e com experiência trabalhista, entre tantos outros desafios diários enfrentados por imigrantes brasileiras (Assis, 2017).

Esse processo pode ser compreendido à luz da colonialidade de gênero proposta por María Lugones (2008). A autora explica que o colonialismo europeu impôs um sistema de gênero hierarquizado, no qual mulheres racializadas e não europeias foram reduzidas a corpos úteis, servis e erotizados. No contexto luso-brasileiro, essa herança se traduz na associação da mulher brasileira a uma figura subalterna e exótica, frequentemente desumanizada no imaginário social português (Lugones, 2008).

O caso das “Mães de Bragança” (2003) é um marco simbólico dessa dinâmica. A cobertura midiática do episódio — em que um grupo de mulheres portuguesas realizou um abaixo-assinado pedindo às autoridades para ajudar a ‘salvar’ a cidade de ‘uma onda de loucura’ provocada por imigrantes brasileiras que seriam, supostamente, prostitutas e ‘destruidoras de famílias’ — expôs o modo como a imprensa reforçou estigmas coloniais e de gênero (Fidalgo, 2003). Como analisa Travassos (2017), o discurso moralista que emergiu do caso construiu a mulher brasileira como ameaça ao lar europeu, combinando racismo, misoginia e xenofobia, e construindo uma associação generalista entre brasileiras e prostituição que permeia até hoje a imprensa e a sociedade portuguesa. Diante do exposto, a mulher brasileira é simultaneamente marcada por sua origem periférica (Sul global), por sua feminilidade erotizada e por sua posição econômica vulnerável — fatores que reforçam sua exclusão e limitam suas oportunidades de ascensão social (Travassos, 2017).

3.4. Vozes e experiências das mulheres brasileiras: pesquisa de opinião

Com o objetivo de compreender empiricamente essas dinâmicas, foi realizada uma pesquisa de opinião anônima com 70 mulheres brasileiras imigrantes, residentes em diferentes países, mas com foco em Portugal. As perguntas abordaram percepções sobre discriminação, inserção laboral e estereótipos associados à nacionalidade e ao gênero. Os resultados reforçam as análises teóricas apresentadas neste trabalho:

Aspecto investigado	Percentual de respostas afirmativas
Preconceito pela origem nacional	80%
Dificuldade de inserção na área de formação	47%
Inserção predominante em trabalhos de cuidado e estética	60%
Comentários de cunho sexual ou estereotipado	25%

Fonte: pesquisa de opinião elaborada pela autora (2025)

Esses resultados revelam que as mulheres brasileiras enfrentam discriminação interseccional, em que nacionalidade, gênero e classe social atuam conjuntamente. Como relatam algumas participantes, o estereótipo da “brasileira sensual” e a percepção de que são “trabalhadoras baratas” dificultam o reconhecimento profissional e a valorização de suas competências. A análise da pesquisa confirma que o preconceito não se manifesta apenas em interações individuais, mas também em estruturas sociais e institucionais, reproduzidas por práticas institucionais e representações simbólicas (Lugones, 2008). Ao mesmo tempo, evidencia a resiliência e agência dessas mulheres, que, apesar das barreiras, constroem redes de apoio e desenvolvem estratégias de sobrevivência e autonomia.

O caso das mulheres brasileiras em Portugal evidencia que as migrações contemporâneas estão profundamente atravessadas por desigualdades históricas de gênero, raça e classe. A combinação entre heranças coloniais, estereótipos culturais e políticas migratórias restritivas perpetua condições de vulnerabilidade, mas também cria espaços de resistência e reconstrução identitária. As trajetórias dessas mulheres revelam tanto a persistência da colonialidade do poder (Quijano, 2005) quanto a emergência de novas formas de agência. Ao se inserirem em setores feminizados, formarem redes de solidariedade e desafiarem representações negativas, elas também reconfiguram o espaço social que ocupam.

A análise das suas experiências demonstra que o debate sobre migração não pode ser dissociado das dimensões simbólicas e de gênero que estruturam a globalização

contemporânea. Assim, compreender as mulheres brasileiras em Portugal é compreender como a história colonial, o patriarcado e o capitalismo global se entrelaçam para produzir tanto exclusão quanto resistência.

Em síntese, o caso das mulheres brasileiras em Portugal exemplifica como as dinâmicas migratórias globais são moldadas por continuidades históricas e desigualdades estruturais. A presença dessas mulheres em setores feminizados e desvalorizados do mercado de trabalho revela a persistência da colonialidade de gênero e da hierarquização racial, enquanto suas estratégias de resistência e solidariedade demonstram capacidade de agência e reconstrução identitária. Essa ambivalência entre subalternidade e autonomia constitui o núcleo das migrações contemporâneas e fundamenta a necessidade de políticas públicas interseccionais e decoloniais.

Capítulo 4- Conclusão

O presente trabalho buscou compreender como as desigualdades de gênero, raça e classe influenciam as experiências migratórias de mulheres brasileiras em Portugal, analisando o fenômeno à luz das teorias da globalização, da colonialidade e da interseccionalidade. Partiu-se da hipótese de que a migração feminina, embora marcada por autonomia e agência, permanece atravessada por estruturas históricas de dominação que reproduzem vulnerabilidades e estigmas no contexto pós-colonial luso-brasileiro.

A análise teórica permitiu identificar que as migrações contemporâneas não podem ser compreendidas como fenômenos isolados, mas como parte estrutural do sistema global. Conforme argumenta Castles (2010), os fluxos migratórios refletem desigualdades inerentes ao capitalismo global, sustentadas por hierarquias econômicas e sociais entre Norte e Sul. Essa perspectiva dialoga com a noção de colonialidade do poder, proposta por Quijano (2005), que evidencia a persistência das relações coloniais na organização das sociedades modernas.

Ao incorporar a dimensão de gênero, o estudo evidenciou que tais desigualdades não afetam homens e mulheres da mesma forma. A teoria da Colonialidade de Gênero (Lugones, 2008) mostrou-se central para compreender a posição subalterna atribuída às mulheres latino-americanas, frequentemente associadas a características sexuais e emocionais. A perspectiva interseccional (Collins; Bilge, 2021) complementou essa análise, permitindo observar como gênero, raça e nacionalidade se entrecruzam na produção das vulnerabilidades enfrentadas pelas brasileiras em Portugal.

O estudo empírico — baseado na pesquisa de opinião com 70 mulheres brasileiras — confirmou esses padrões teóricos, mesmo com certas limitações, sobretudo quanto ao alcance da pesquisa de opinião e à ausência de entrevistas em profundidade. A maioria relatou experiências de discriminação, dificuldades de inserção profissional e relatos de comentários sexistas ou estereotipados. Esses resultados reforçam a ideia de que o preconceito contra mulheres migrantes brasileiras não é um fenômeno meramente individual, mas estrutural, sustentado por representações coloniais ainda presentes no imaginário português.

Além das vulnerabilidades, o estudo também revelou formas de resistência e ressignificação identitária. As mulheres brasileiras constroem redes de solidariedade,

estratégias de sobrevivência e trajetórias de empoderamento que desafiam as narrativas estigmatizantes e reafirmam sua dignidade. Essas ações demonstram que, embora situadas em contextos de desigualdade, as migrantes são sujeitos ativos na reconstrução de suas próprias histórias.

Conclui-se, portanto, que as migrações femininas contemporâneas — e, em especial, a experiência das brasileiras em Portugal — constituem expressões vivas da tensão entre globalização e colonialidade, entre autonomia e subalternização. Reconhecer essa ambivalência é essencial para formular políticas públicas sensíveis em relação a gênero e interseccionalidade, capazes de garantir direitos, combater estígmas e promover integração social.

As transformações no mercado de trabalho global evidenciam a crescente demanda por mão de obra feminina barata, originária de países em desenvolvimento, para suprir a “crise do cuidado” nos países ricos, proporcionando, portanto, uma saída para o fracasso de políticas de desenvolvimento em todo o mundo. Essa dinâmica demonstra como as desigualdades entre Norte e Sul continuam a estruturar o sistema internacional, convertendo as mulheres migrantes em peças-chave de um modelo econômico sustentado pela precarização e pela desigualdade. À medida que os homens enfrentam maiores obstáculos para manter seus papéis tradicionais como provedores e a procura por cuidadoras aumenta nos países industrializados, a pressão sobre as mulheres para que busquem novas estratégias de sobrevivência tende a intensificar-se, alimentando o crescimento das migrações femininas em todo o mundo.

Desse modo, o escopo da migração mostra-se em constante transformação e crescente complexidade, sobretudo pelas questões de gênero que o atravessam. Trata-se de um sistema profundamente assimétrico, no qual as desigualdades se manifestam tanto nos países do Norte como do Sul global. Assim, somente ao reconhecer as marcas da colonialidade e da interseccionalidade nas experiências migratórias é possível construir políticas e narrativas mais justas, plurais e humanas.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Glaucia de Oliveira. Trânsitos contemporâneos: o ir e vir de emigrantes brasileiros (as) rumo à Europa. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 8, n. 1, p. 210-229, 2017. Disponível em:<<https://revistaterceiomilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/10/11>>. Acesso em 20 de maio de 2025.
- BENERÍA, Lourdes; DIANA DEERE, Carmen; KABEER, Naila. “Gender and international migration: Globalization, development, and governance”. **Feminist Economics**, v. 18, n. 2, p. 1-33, 2012. Disponível em:<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13545701.2012.688998#abstract>>. Acesso em 10 de agosto de 2025.
- BERTOLDO, Jaqueline. “Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos”. **Revista katalysis**, v. 21, n. 02, 2018. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rk/a/xT4DdVFrGzvz3qmSVkvNvMC/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 11 de setembro de 2025.
- CASELLI, Francesca; DIZIOLI, Allan Gloe; TOSCANI, Frederik. “*Macroeconomic implications of the recent surge of immigration to the EU*”. **CEPR VOXEU**. 14 outubro 2024. Disponível em:<<https://cepr.org/voxeu/columns/macroeconomic-implications-recent-surge-immigration-e-u>>. Acesso em 05 de junho de 2025.
- CASTLES, Stephen. “*Understanding Global Migration: A Social Transformation Perspective*”. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 36(10), 2010, p. 1565–1586. Disponível em:<<https://doi.org/10.1080/1369183X.2010.489381>>. Acesso em 2 de outubro de 2025.
- CAVALCANTI, Maria Luísa. “Brasileiras são vítimas de assédio em Portugal”. **BBC Brasil**, 10 de agosto de 2006. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060810_domesticasportugal_assedioml>. Acesso em 19 de setembro de 2025.
- CAVALCANTI, Maria Luísa. “Em Portugal, salário é atrativo que 'compensa' maus-tratos”. **BBC Brasil**, 11 de agosto de 2006. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060811_domesticasptdinheir_oml>. Acesso em 19 de setembro de 2025.
- CAVALCANTI, Maria Luísa. “Abuso de direitos em Portugal é 'herança escravocrata'”. **BBC Brasil**, 11 de agosto de 2006. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/08/060811_domesticasportugal_historiaml>. Acesso em 19 de setembro de 2025.
- ČIARNIENĖ, Ramunė; KUMPIKAITĖ-VALIŪNIENĖ, Vilmantė. “*The impact of globalization on migration processes*”. **Social research**, n. 3, p. 42-48, 2008. Acesso em 28 de maio de 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. “Interseccionalidade”. **Boitempo Editorial**, 2021. Disponível

em:<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2xYcEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1961&dq=interseccionalidades&ots=xZzJvkGqPy&sig=q1QuOBhhXSIAnElrnhy263LU1KQ&redir_esc=y#v=onepage&q=interseccionalidades&f=false>. Acesso em 12 de outubro de 2025.

CRENSHAW, Kimberle. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," **University of Chicago Legal Forum**: Vol. 1989, Article 8. Disponível em:<<https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em 15 de outubro de 2025.

CZAIKA, Mathias; DE HAAS, Hein. "The globalization of migration: Has the world become more migratory?". **International migration review**, v. 48, n. 2, p. 283-323, 2014. Disponível em:<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/imre.12095>>. Acesso em 25 de maio de 2025.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. “Lei n.º 23/2007 de 4 de julho”. **Assembleia da República**, 04 de julho de 2007, Portugal. Disponível em:<<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2007-635814>>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

FAGAN, Collin; BURCHELL, Brendan. "Gender, Jobs and Working Conditions in the European Union". Dublin: **EFILW**, 2002. Disponível em:<https://www.eurofound.europa.eu/en/publications/all/gender-jobs-and-working-condition-s-european-union#read_publication>. Acesso em 11 de setembro de 2025.

FIDALGO, Helena. “‘Mães de Bragança’ acusam brasileiras de provocar ‘onda de loucura’ na cidade”. **Público - Local Porto**, 01 maio 2003. Disponível em:<<https://www.publico.pt/2003/05/01/jornal/maes-de-braganca-acusam-brasileiras-de-provar-onda-de-loucura-na-cidade-200790>>. Acesso em 28 de setembro de 2025.

FRANÇA, Thais; PADILLA, Beatriz. “Imigração brasileira para Portugal: entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga.” **Cadernos de Estudos Sociais**, Vol. 33, Nº 2. 2018. Disponível em:<<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/download/1773/pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2025.

GARCÍA QUIJANO, J. A. (2020). "Workplace discrimination and undocumented first-generation Latinx immigrants". **Advocates' Forum**, University of Chicago, 2020. Disponível em:<<https://crownschool.uchicago.edu/student-life/advocates-forum/workplace-discriminatio-n-and-undocumented-first-generation-latinx>>. Acesso em 05 de junho de 2025.

GÓIS, Pedro et al. “Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal”. 2009. Disponível em:<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/26692/1/Migr5_Sec1_Art6-1PEIXOTO.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14122-asi-censo-2010-mais-da-metade-dos-emigrantes-brasileiros-sao-mulheres>>. Acesso em 25 de setembro de 2025.

International Labor Organization. “*ILO global estimates on migrant workers, Results and methodology- Special focus on migrant domestic workers*”. (s.d.). Disponível em:<https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40dcomm/documents/publication/wcms_436343.pdf>. Acesso em 11 de setembro de 2025.

International Organization for Migration. “*The 3 Benefits of International Migration That Transform Economies and Societies Around the World*”. (s.d.). Disponível em:<<https://lac.iom.int/en/blogs/3-benefits-international-migration-transform-economies-and-societies-around-world>>. Acesso em 04 de junho de 2025.

International Organization for Migration. “*Gender and Migrations: Trends, Gaps and Urgent Action*”. Disponível em:<<https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-6/current-context-feminization-migration-growing-global-gender-gap-migration>>. Acesso em 30 de agosto de 2025.

International Organization for Migration. “*Gender, Migration and Remittances*”. 2010. Disponível em:<<https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl2616/files/2018-07/Gender-migration-remittance-s-infosheet.pdf>>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

JERÓNIMO, Patrícia. “Feminização das Migrações Internacionais e confluência de Fatores de Vulnerabilidade na Condição das Mulheres Migrantes” em “Igualdade de Género: Velhos e Novos Desafios”. **Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos - Escola de Direito da Universidade de Minho.** 2019. P. 37-62. Disponível em:<<https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/64711/1/JERONIMO%2c%20P.%2c%20Feminizacao%20das%20migracoes%20internacionais.pdf>>. Acesso em 07 de junho de 2025.

LE GOFF, Maelan. “*Feminization of migration and trends in remittances*”. **IZA World of Labour.** 2016. Disponível em:<<https://wol.iza.org/articles/feminization-of-migration-and-trends-in-remittances/long>>. Acesso em 12 de agosto de 2025.

LUGONES, María. “Colonialidad y Género”. **Tabula Rasa.** Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008. Disponível em:<<https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>. Acesso em 21 de setembro de 2025.

MARINUCCI, Roberto. “Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência”. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 25, n. 49, p. 07-11, 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/remhu/a/jMcTPPLCs3pxCYvXvC93k9c/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 27 de agosto de 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PORTUGAL. “Acordo entre República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre facilitação de circulação de pessoas”. 11 de julho de 2003, Portugal.

Disponível

em:<https://dejri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/acordo_facilitacao_circulacao_pessoas_brasil.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

MONTEIRO, Rosa; FREITAS, Vivalda; DANIEL, Fernanda. “Condições de trabalho num universo profissional feminizado”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. e34529, 2018. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n234529>>. Acesso em 11 de setembro de 2025.

PERI, Giovanni. “*Immigrant Swan Song*”. **International Monetary Fund Finance and Development Magazine**. Março 2020. Disponível em:<<https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2020/03/can-immigration-solve-the-demographic-dilemma-peri>>. Acesso em 05 de junho de 2025.

PINHO, Ana Filipa Antunes. “Transformações na emigração brasileira para Portugal: de profissionais a trabalhadores”. **Instituto Universitário de Lisboa ISCTE**, 2012. Disponível em:<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4931/1/FP_Tese.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2025.

PIPER, Nicola; “*International Migration and Gendered Axes of Stratification*” in: *New perspectives on gender and migration: Livelihood, rights and entitlements*. Routledge, 2013. P. 1-15. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5ZTbAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq>New+Perspectives+on+Gender+and+Migration:+Livelihood,+Rights+and+Entitlements&ots=F0ox-Te7yJ&sig=-oaQoQEGLSIc5mC4Zt9IWf1JDNI#v=onepage&q>New%20Perspectives%20on%20Gender%20and%20Migration%3A%20Livelihood%2C%20Rights%20and%20Entitlements&f=false>>. Acesso em 22 de abril de 2025.

PORDATA. “Pordata divulga retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal”. Fundação Francisco Manuel dos Santos. 12 dezembro 2023. Disponível em:<https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2025.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén. “*Legacies: The Story of the Immigrant Second Generation*”. University of California Press, 2001. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/237429364_Introduction_The_Second_Generation_and_the_Children_of_Immigrants_Longitudinal_Study>. Acesso em 30 outubro 2025.

PÚBLICO PORTUGAL “Acordo luso-brasileiro já legalizou 14 mil brasileiros”; 11 de outubro de 2005, Portugal. Disponível em:<<https://www.publico.pt/2005/10/11/sociedade/noticia/acordo-lusobrasileiro-ja-legalizou-14-mil-brasileiros-1235296>>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina” em “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)**. Buenos Aires, 2005. Disponível em:<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2025.

RATHA, Dilip; MOHAPATRA, Saknet; SCHEJA, Elina. “*Impact of Migration on Economic and Social Development: A Review of Evidence and Emerging Issues*”. **The World Bank Development Prospects Group Migration and Remittances Unit & Poverty Reduction and Economic Management Network**. Policy Research Working Paper 5558. Fevereiro 2011. Disponível em:<<https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/617151468332982240/impact-of-migration-on-economic-and-social-development-a-review-of-evidence-and-emerging-issues#:~:text=International%20migration%20is%20an%20ever,improved%20health%20and%20educational...>>. Acesso em 04 de junho de 2025.

RELATÓRIO DE MIGRAÇÕES E ASILO 2024. Agência para integração, migração e asilo. Disponível em:<<https://aima.gov.pt/media/pages/documents/fec4d6a712-1760603125/relatorio-migracoes-e-asiло-2024.pdf>>. Acesso em 03 de novembro de 2025.

SCHROVER, Marlou. “*Feminization and problematization of migration: Europe in the nineteenth and twentieth centuries*”, in D. Hoerder & A. Kaur, “*Proletarian and gendered mass migrations. A global perspective on continuities and discontinuities from the 19th to the 21st Centuries*”. Leiden Brill, 2013, p.103-131. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/263698812_Marlou_Schrover'_Feminization_and_problematization_of_migration_Europe_in_the_nineteenth_and_twentieth_centuries'_in_D_Hoerder_A_Kaur_red_Proletarian_and_gendered_mass_migrations_A_global_perspective>. Acesso em 06 de junho de 2025.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRA. “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015”. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2015. Disponível em:<<https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2015.pdf>>. Acesso em 26 de setembro de 2025.

TRAVASSOS, Lorena. “A mulher brasileira: da fotografia colonial à fotografia portuguesa contemporânea” em ‘**Comunicação e Sociedade**’, vol. 32, 2017, pp. 147 – 168. Disponível em:<[doi: 10.17231/comsoc.32\(2017\).2755](https://doi.org/10.17231/comsoc.32(2017).2755)>. Acesso em 27 de setembro de 2025.